

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	
Private Label	
<ul style="list-style-type: none"> Participação dos cartões (Marisa - <i>Co-Branded</i>) nas vendas do trimestre atingiu 41,4%, estável com relação ao 4T19. A Receita de Juros, líquida de <i>funding</i>, alcançou R\$54,9 milhões, aumento de 1,1% em relação ao 4T18, reflexo da formação de carteira durante o ano, devido às maiores vendas. Já a receita de serviços financeiros apresentou crescimento de 3,5% ante o período anterior, reflexo do maior fluxo em loja. As Perdas, líquidas de recuperações, apresentaram redução de 21,9% ante o 4T18. Como percentual sobre a carteira, tais perdas atingiram 4,1%. Tal resultado, no entanto, foi positivamente impactado pela venda de carteira acima de 360 dias realizado em outubro. Mesmo excluindo tal efeito, as perdas líquidas teriam alcançado 6,7% - menor nível dos últimos 4 anos, devido basicamente às otimizações no processo de concessão e recuperação. Ao longo do trimestre, os indicadores prospectivos de inadimplência (EFICC) mantiveram-se dentro dos níveis históricos, não indicando deterioração no portfólio de crédito. 	
Empréstimo Pessoal	
<ul style="list-style-type: none"> A Receita de Juros, líquida de custos de captação, totalizou R\$39,0 milhões, crescimento de 20,1% ante o 4T18, também devido ao aumento da carteira do produto - de 9,7% a.a., As Perdas, líquidas de recuperações, por sua vez, totalizaram R\$3,8 milhões, ou 2,1% em relação à carteira - queda de 62,2% em relação ao 4T18. Tal resultado, no entanto, foi positivamente impactado pela venda de carteira acima de 360 dias em outubro, o que impactou positivamente as perdas líquidas. Mesmo excluindo tal efeito, as perdas líquidas foram de 4,4% - menor nível dos últimos 4 anos, devido principalmente às maiores concessões e recuperações. A parcela de vencidos sobre a carteira, por sua vez, apresentou queda de 1,4 p.p., Os indicadores prospectivos (EFICC) do Empréstimo Pessoal encontram-se dentro dos padrões históricos do produto. 	
Resultado da Operação	
<ul style="list-style-type: none"> Cartão Co-Branded: a Margem de Contribuição do produto totalizou R\$ 26,6 milhões, com crescimento de 99,4% em relação ao 4T18, devido a melhor performance do produto; Custos e Despesas Operacionais alcançaram R\$ 77,1 milhões, aumento de 1,6% a.a., bem abaixo do crescimento verificado nas receitas e formação de carteira dos produtos PL e EP; EBITDA do PSF apresentou crescimento de R\$34,6 milhões em relação ao 4T18, o que reflete o crescimento das carteiras durante o período, as otimizações nas concessões de crédito, e também na boa gestão das despesas; Mesmo excluindo a venda de carteira realizada no 4T19, no montante de R\$20,8 milhões, o resultado mostra importante recuperação da operação no período, apresentando crescimento de 69,3% a.a. 	
Contas a Receber	
<ul style="list-style-type: none"> Private Label: a carteira bruta do Private Label encerrou dezembro/19 em R\$ 663,5 milhões, crescimento de 29,0% ante dezembro/18, com aumento da carteira em dia de 11,0%, fruto das melhores vendas do varejo durante o ano. O aumento na carteira vendeu (90,9%) devida à reestruturação das carteiras ocorrida em julho de 2018, vide nota rodapé; Empréstimo Pessoal: a carteira bruta do Empréstimo Pessoal em dezembro/19 totalizou R\$ 178,2 milhões, com crescimento de 9,7% em relação ao dezembro/18, também refletindo os melhores níveis de produção do produto. 	

RESULTADOS DO TRIMESTRE E DO ANO DE 2019	
Destques	
<ul style="list-style-type: none"> Crescimento de vendas em SSS de 9,5% no 4T19, e 7,0% no FY19; E-commerce com crescimento de 68,2% no 4T19 e 61,3% no FY19; Lucro Bruto do varejo crescendo 4,6% a.o., com Margem Bruta de 48,8% no 4T19; EBITDA Ajustado de varejo com crescimento de R\$ 32,6 milhões no 4T19, e de R\$ 70,6 milhões no FY19 - bases recorrentes; EBITDA de Produtos e Serviços Financeiros com crescimento de 69,3% no 4T19, e 11,4% no FY19 - bases recorrentes; EBITDA Ajustado Total obteve com crescimento de 103% no 4T19 e 85,6% no FY19 - bases recorrentes. 	
VAREJO	
Receita Líquida e Lucro Bruto	
<ul style="list-style-type: none"> Crescimento de 9,5% em SSS, e de 7,0% em todas as lojas; Melhor resultado de vendas dos últimos 4 anos, tendo o SSS apresentado crescimento nos quatro trimestres de 2019; Vendas do e-commerce com crescimento de 68,2% (4T19), impulsionado pela estratégia digital de <i>omnichannel</i>, que no período representou 40,3% dos pedidos do canal; Maior fluxo em lojas, reflexo da estratégia de marketing e comercial combinadas e da crescente assertividade das coleções; Margem Bruta de 48,8% (-1,2 p.p.), com Lucro Bruto crescendo 4,6%; Contínuo processo de recuperação da margem bruta, impulsionada pela evolução na aceitação das coleções e saúde dos estoques; Lucro Bruto impactado positivamente pelo maior nível de vendas. 	
Despesas Operacionais	
<ul style="list-style-type: none"> Despesas com Vendas totalizaram R\$ 242 milhões, com queda de 3,9% a.a., refletindo mais uma vez os impactos do Projeto <i>Rightsizing</i>; Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 59 milhões, crescimento de 19,4%, em função das provisões para remuneração variável e remuneração em ações; Excluídos tais itens, teria sido registrada uma redução de 2,9%, o que reflete os impactos da otimização do escritório central; No combinado, o SG&A manteve-se estável. Em bases comparáveis, o SG&A apresentou redução de 3,7% a.a. Outras Receitas/Despesas Operacionais totalizaram um saldo positivo de R\$ 8,2 milhões, impactadas positivamente pelo reconhecimento de R\$ 14,8 milhões em créditos fiscais no período - em 2018, tais créditos somaram R\$ 320 milhões. 	
Resultado da Operação	
<ul style="list-style-type: none"> EBITDA Ajustado Varejo (ex-IFRS 16) totalizou R\$ 53,9 milhões no 4T19, com crescimento de R\$ 32,6 milhões no período; O 4T19 foi o quarto trimestre consecutivo de crescimento em SSS; recuperação gradual de margem bruta, e eficiência em SG&A; No FY19, o resultado recorrente de varejo obteve aumento de R\$ 70,0 milhões, confirmando o processo de recuperação da operação de varejo. 	

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)					
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7,2	589.568	216.640	725.498	396.735
Títulos e valores mobiliários	7,4	515	1.029	515	1.029
Contas a receber de clientes	8,2	340.928	179.686	872.491	750.897
Estoque	9,2	441.670	361.299	441.670	361.299
Partes relacionadas	12,2	25.912	28.759	-	-
Tributos a recuperar	10,2	179.770	338.160	276.692	419.259
Outros créditos	-	25.924	28.171	58.687	52.810
Total do ativo circulante	-	1.604.285	1.147.744	2.375.553	1.982.028
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11,2	568	304	69.525	70.344
Tributos a recuperar	10,2	550.052	548.129	550.052	548.129
Depósitos judiciais	2,2	97.296	88.974	133.404	123.790
Títulos e valores mobiliários	7,4	49.793	75.126	57.011	96.703
Investimentos	13,2	376.545	373.860	-	-
Imobilizado	14,2	173.777	219.874	176.408	223.640
Intangível	14,4	100.911	109.787	-	117.468
Ativo de direito de uso	6,1,4	547.842	-	548.116	-
Total do ativo não circulante	-	1.896.684	1.416.054	1.644.515	1.180.074
Total do ativo	-	3.501.169	2.563.798	4.020.068	3.162.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Fornecedores	15,2	426.977	362.149	427.221	362.763
Fornecedores convênio	15,2	108.077	127.460	108.077	127.460
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16,2	306.983	210.189	418.123	371.389
Arrendamentos a pagar	6,1,4	262.177	262.177	262.179	262.179
Salários, provisões e contribuições sociais	17,2	102.294	75.222	105.875	78.992
Tributos a recolher	18,2	54.623	61.449	57.715	64.489
Partes relacionadas	12,2	2.859	11.094	-	667
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar	-	23.421	31.529	23.421	31.564
Instrumentos financeiros	-	1.081	1.723	1.081	1.723
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	122.979	9.203	152.362
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	6.736	-	6.736
Receita diferida	19,2	-	-	15.746	15.923
Outras obrigações	19,3	64.230	119.250	118.250	161.008
Total do passivo circulante	-	1.352.712	1.129.780	1.546.891	1.375.003
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16,2	262.815	360.955	531.768	644.942
Arrendamentos a pagar	6,1,4	307.185	-	307.433	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	20,3	129.189	99.412	145.015	113.201
Receita diferida	19,2	-	-	39.683	55.299
Outras obrigações	19,3	29.262	-	29.262	-
Total do passivo não circulante	-	728.451	460.367	1.053.171	813.442
Patrimônio líquido					
Capital social	22,1	1.442.695	899.597	1.442.695	899.597
Reservas de lucros	-	79.925	44.826	79.925	44.826
Ações em tesouraria	-	(1.099)	(1.296)	(1.099)	(1.296)
Reserva de opções de ações	-	11.960	1.960	11.960	1.960
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(1.114)	(591)	(1.114)	(591)
Prejuízos acumulados	-	(112.361)	29.155	(112.361)	29.155
Total do patrimônio líquido	-	1.420.006	973.651	1.420.006	973.651
Total do passivo e patrimônio líquido	-	3.501.169	2.563.798	4.020.068	3.162.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$)					
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7,2	589.568	216.640	725.498	396.735
Títulos e valores mobiliários	7,4	515	1.029	515	1.029
Contas a receber de clientes	8,2	340.928	179.686	872.491	750.897
Estoque	9,2	441.670	361.299	441.670	361.299
Partes relacionadas	12,2	25.912	28.759	-	-
Tributos a recuperar	10,2	179.770	338.160	276.692	419.259
Outros créditos	-	25.924	28.171	58.687	52.810
Total do ativo circulante	-	1.604.285	1.147.744	2.375.553	1.982.028
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11,2	568	304	69.525	70.344
Tributos a recuperar	10,2	550.052	548.129	550.052	548.129
Depósitos judiciais	2,2	97.296	88.974	133.404	123.790
Títulos e valores mobiliários	7,4	49.793	75.126	57.011	96.703
Investimentos	13,2	376.545	373.860	-	-
Imobilizado	14,2	173.777	219.874	176.408	223.640
Intangível	14,4	100.911	109.787	-	117.468
Ativo de direito de uso	6,1,4	547.842	-	548.116	-
Total do ativo não circulante	-	1.896.684	1.416.054	1.644.515	1.180.074
Total do ativo	-	3.501.169	2.563.798	4.020.068	3.162.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$)						
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Total do patrimônio líquido
		2019	2018	2019	2018	
Circulante						
Fornecedores	15,2	426.977	362.149	427.221	362.763	
Fornecedores convênio	15,2	108.077	127.460	108.077	127.460	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16,2	306.983	210.189	418.123	371.389	
Arrendamentos a pagar	6,1,4	262.177	262.177	262.179	262.179	
Salários, provisões e contribuições sociais	17,2	102.294	75.222	105.875	78.992	
Tributos a recolher	18,2	54.623	61.449	57.715	64.489	
Partes relacionadas	12,2	2.859	11.094	-	667	
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar	-	23.421	31.529	23.421	31.564	
Instrumentos financeiros	-	1.081	1.723	1.081	1.723	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	122.979	9.203	152.362	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	6.736	-	6.736	
Receita diferida	19,2	-	-	15.746	15.923	
Outras obrigações	19,3	64.230	119.250	118.250	161.008	
Total do passivo circulante	-	1.352.712	1.129.780	1.546.891	1.375.003	
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16,2	262.815	360.955	531.768	644.942	
Arrendamentos a pagar	6,1,4	307.185	-	307.433	-	
Provisão para litígios e demandas judiciais	20,3	129.189	99.412	145.015	113.201	
Receita diferida	19,2	-	-	39.683	55.299	
Outras obrigações	19,3	29.262	-	29.262	-	
Total do passivo não circulante	-	728.451	460.367	1.053.171	813.442	
Patrimônio líquido						
Capital social	22,1	1.442.695	899.597	1.442.695	899.597	
Reservas de lucros	-	79.925	44.826	79.925	44.826	
Ações em tesouraria	-	(1.099)	(1.296)	(1.099)	(1.296)	
Reserva de opções de ações	-	11.960	1.960	11.960	1.960	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(1.114)	(591)	(1.114)	(591)	
Prejuízos acumulados	-	(112.361)	29.155	(112.361)	29.155	
Total do patrimônio líquido	-	1.420.006	973.651	1.420.006	973.651	
Total do passivo e patrimônio líquido	-	3.501.169	2.563.798	4.020.068	3.162.102	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$)					
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7,2	589.568	216.640	725.498	396.735
Títulos e valores mobiliários	7,4	515	1.029	515	1.029
Contas a receber de clientes	8,2	340.928	179.686	872.491	750.897
Estoque	9,2	441.670	361.299	441.670	361.299
Partes relacionadas	12,2	25.912	28.759	-	-
Tributos a recuperar	10,2	179.770	338.160	276.692	419.259
Outros créditos	-	25.924	28.171	58.687	52.810
Total do ativo circulante	-	1.604.285	1.147.744	2.375.553	1.982.028
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11,2	568	304	69.525	70.344
Tributos a recuperar	10,2	550.052	548.129	550.052	548.129
Depósitos judiciais	2,2	97.296	88.974	133.404	123.790
Títulos e valores mobiliários	7,4	49.793	75.126	57.011	96.703
Investimentos	1				

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de desconto na aplicação do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos descontados. Desta forma, para resguardar a representatividade fidedigna da informação e em atendimento às áreas técnicas da CVM, apresentamos abaixo os saldos comparativos do ato de direito de uso, passivo de arrendamento, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado e do exercício anterior:

	Taxa média a.a.	Adoção	Ano 1
Direito de Uso			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada) (*)	8,27%	651.095	543.189
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM) (*)	8,27%	762.959	571.016
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)	6,01%	657.065	601.940
Passivo de Arrendamento			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)		651.095	569.364
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		762.959	592.663
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)		657.065	623.740
Despesa Financeira			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)		61.778	55.484
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		55.484	41.846
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)		41.846	-
Despesa de Depreciação			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)		196.306	191.943
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		191.943	209.257
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)		209.257	-

7. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

7.1. Política contábil de caixa e equivalentes: Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, investimentos temporais de curto prazo, de liquidez imediata, convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de variação ou alteração de seu valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

7.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Caixa	14.158	10.954
Bancos conta movimento	19.629	27.012
Aplicações Financeiras (7.3)	555.779	178.674
	589.566	216.640
	2019	2018
Caixa	14.158	10.958
Bancos conta movimento	22.910	28.861
Aplicações Financeiras (7.3)	688.420	356.916
	725.488	396.735

7.3. Composição das aplicações financeiras

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Operações compromissadas LAM (ii)	-	107.649
Operações compromissadas CDB (ii)	555.779	93.294
Operações compromissadas DI (iii)	-	95.966
Fundos de investimentos (iv)	-	45.248
Letra financeira (v)	-	10
	555.779	178.674
	555.779	356.916

(i) Referem-se às operações compromissadas em Letra de arrendamento mercantil - LAM, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recompra-la e do comprador (Companhia) de revende-la a qualquer momento e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro de 2018, as operações apresentaram remuneração média de 109,14% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(ii) Referem-se às aplicações em CDB com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro de 2019, as operações apresentaram remuneração média de 100,70% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (89,46% em 31 de dezembro de 2018).

(iii) Referem-se às aplicações da controlada Sax com compromisso de recompra pela instituição financeira no próximo dia útil subsequente à aplicação. Em 31 de dezembro de 2019, as operações apresentaram remuneração média de 96,59% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (97,66% em 31 de dezembro de 2018).

(iv) Fundos de Investimentos de renda fixa, com classificação de baixo risco, os quais rentabilizam em média 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2018.

(v) Referem-se a aplicações em compromissadas com lastro em letras financeiras do tesouro adquiridas no mercado secundário com remuneração média de 101,46% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2018, as quais foram resgatadas em 2019.

7.4. Composição de títulos e valores mobiliários

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Bancos bloqueio judicial - conta corrente (i)	-	763
CDB (bloqueio judicial) (ii)	-	207
Fundos de investimentos (iii)	49.484	73.647
Aplicações em CDB (iv)	-	7.129
Operações compromissadas LAM	97	-
Brasem ações	515	1.029
Bloqueio judicial - outros	212	509
Ativo circulante	50.308	76.155
Ativo não circulante	515	1.029
	49.793	75.126
	50.308	75.155

(i) Referem-se aos saldos em conta corrente dados em garantia a processos judiciais com o Banco.

(ii) Aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDB dados em garantia em processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2019, apresentaram remuneração média de 102,24% (Controladora) e 100,75% (Consolidado) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,77% em 31 de dezembro de 2018).

(iii) Em 31 de dezembro de 2019 os fundos de Investimentos dados em garantia das operações com Debêntures relacionadas a 4ª emissão apresentou remuneração média de 97,66% CDI no valor de R\$43.053 (R\$41.047 em 31 de dezembro de 2018), operação de co-branding com o Itaú Unibanco apresentou remuneração média de 96,22% CDI no valor de R\$6.002 (R\$32.600 em 31 de dezembro de 2018) e a garantia a processos judiciais apresentou remuneração média de 58,21% CDI no montante de R\$429.

(iv) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDB dados em garantia na operação de financiamento junto ao Santander. Em 31 de dezembro de 2019 apresentaram remuneração média de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,00% em 31 de dezembro de 2018).

7.5. Risco de crédito: Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários devem ser aplicados em instituições financeiras com rating de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

8. Contas a receber de clientes

8.1. Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Marisa e terceiros) de empréstimo pessoal no curso normal das atividades da Companhia. As operações de venda a prazo são registradas pelo valor facturado, ajustados ao valor presente, considerando-se a taxa média do custo de captação da Companhia, pois o preço à vista e o parcelamento têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos. A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise das carteiras de clientes, e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a perdas esperadas na realização dos créditos.

8.2. Composição das carteiras

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Cartões de crédito - terceiros (i)	140.983	113.086
Cartão Marisa - "private label"	162.256	31.873
Cartão Marisa Itaucard - "co-branded" (ii)	39.929	38.546
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco	-	5.790
Operações de crédito pessoal - SAX	-	178.207
Reestruturação Financeira - SAX (iii)	-	326.993
Ajuste a valor presente	21	5
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iv)	(2.261)	(153.895)
	340.928	179.686
	340.928	750.897

(i) Referem-se ao saldo com administradores de cartões de crédito com recebimento em até 90 dias e de 93,6% em 31 de dezembro de 2019 (95,0% em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. ("Itaú Unibanco") para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa ("co-branded"), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do "Cartão Marisa" para esse novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Companhia o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.

(iii) Referem-se a reestruturação entre Club e Sax, conforme nota explicativa nº 1.

(iv) O critério de provisão do Cartão Marisa, tem como base o histórico de realização da carteira de crédito, levando em consideração o desempenho de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem sido aplicada às estimativas de perdas nesta carteira com razoável grau de assertividade, e atende aos conceitos do Pronunciamento Técnico NBC TG 48/IFRS 9. Tal critério, tanto para distribuição das faixas, como para atribuição do percentual de provisão não é comparável com o utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central (Resolução 2682), que estabelece, entre outros o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de percentuais mínimos de provisões para cada faixa.

8.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo das contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, exceto as operações com empréstimos pessoais, as quais são mantidos em carteira até completarem 360 dias do vencimento, em razão da prática das instituições financeiras.

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(8.111)	(6.008)
Adoção inicial do NBC TG 48/IFRS 9	(203.891)	(203.891)
Créditos provisionados no exercício	(26.849)	(26.849)
Reestruturação Financeira (nota explicativa nº 1.1)	241.382	241.382
Créditos baixados definitivamente	(80.497)	(80.497)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(75.493)	(75.493)
Créditos provisionados no exercício	(67.743)	(67.743)
Reestruturação Financeira (nota explicativa nº 1.1)	69.838	69.838
Créditos baixados definitivamente	(153.895)	(153.895)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(153.895)	(153.895)

8.4. Aging da carteira - cartão de crédito Marisa

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
A vencer:		
Até 30 dias	101.309	23.638
De 31 a 60 dias	42.835	2.572
De 61 a 90 dias	11.417	1.876
De 91 a 120 dias	2.556	1.334
De 121 a 150 dias	1.644	868
De 151 a 180 dias	870	423
De 181 a 210 dias	629	407
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	996	755
Soma do saldo a vencer	162.256	31.873
Percentual sobre a carteira total	100,00%	100,00%
Vencidas:		
Até 30 dias	-	28.679
De 31 a 60 dias	-	5.782
De 61 a 90 dias	-	3.156
De 91 a 120 dias	-	2.573
De 121 a 150 dias	-	2.142
De 151 a 180 dias	-	14.196
Total do saldo vencidas	-	56.528
Percentual sobre a carteira total	0,00%	16,80%
Percentual sobre a carteira e vencidas	100,00%	336.486

8.5. Aging da carteira - empréstimo pessoal (SAX)

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
A vencer:		
Até 30 dias	27.217	24.794
De 31 a 60 dias	23.413	21.490
De 61 a 90 dias	19.059	16.631
De 91 a 180 dias	36.204	32.247
Acima de 181 dias	23.084	20.170
Soma do saldo a vencer	128.977	115.332
Percentual sobre a carteira total	72,37%	70,98%
Vencidas:		
Até 30 dias	8.967	8.407
De 31 a 60 dias	6.071	5.553
De 61 a 90 dias	5.566	5.100
De 91 a 120 dias	5.381	4.976
De 121 a 150 dias	4.959	4.656
De 151 a 180 dias	4.221	4.403
De 181 a 240 dias	3.782	7.459
De 241 a 300 dias	4.503	4.592
De 301 a 360 dias	1.879	7.009
Total do saldo vencidas	49.230	47.155
Percentual sobre a carteira total	27,63%	29,02%
Percentual sobre a carteira e vencidas	100,00%	100,00%

8.6. Aging da carteira - reestruturação financeira (SAX e CLUB)

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
A vencer:		
Até 30 dias	32.987	28.032
De 31 a 60 dias	24.995	20.245
De 61 a 90 dias	25.494	20.725
De 91 a 180 dias	50.654	47.302
Acima de 181 dias	27.839	26.301
Soma do saldo a vencer	161.969	142.605
Percentual sobre a carteira total	99,53%	69,83%
Vencidas:		
Até 30 dias	20.986	19.249
De 31 a 60 dias	12.972	12.180
De 61 a 90 dias	12.988	10.577
De 91 a 120 dias	13.525	6.440
De 121 a 150 dias	13.133	7.360
De 151 a 180 dias	12.362	5.710
De 181 a 240 dias	26.268	-
De 241 a 300 dias	52.790	-
Total do saldo vencidas	165.024	61.516
Percentual sobre a carteira total	50,47%	30,14%
Total dos saldos a vencer e vencidas	326.993	204.121

8.7. Risco de crédito: As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportadas por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados a área de risco e fraude,

visando minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa das carteiras de seus clientes que considera a capacidade de pagamento através de análise de crédito.

9. Estoques

9.1. Política contábil: Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Para o cálculo do ajuste a valor presente, considera-se o custo médio de captação da Companhia. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída pela Administração, em caso de desvalorização, obsolescência, baixa rotatividade de produtos e perdas de inventário.

9.2. Composição

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Mercadorias para revenda	437.732	383.485
Provisões para perdas dos estoques	(24.878)	(49.377)
Ajuste a valor presente	(3.154)	-
Mercadorias para revenda, líquidas	409.720	330.433
Importação em andamento	20.032	18.121
Estoque de material de consumo e embalagem	11.918	12.745
	441.670	361.299

9.3. Provisão para perdas

	Controladora e Controladora	
	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(12.631)	-
Provisão constituída	(55.913)	-
Baixa de provisão	19.167	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(49.377)	-
Provisão constituída	(26.867)	-
Baixa de provisão	51.166	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(24.878)	-

10. Tributos a recuperar

10.1. Política contábil: Os tributos a recuperar são aqueles incluídos nas operações de aquisições de bens e serviços geralmente vinculados às atividades operacionais da Companhia. Tais tributos não apropriados aos custos dos estoques e são adotados os critérios estabelecidos nas legislações vigentes para sua apropriação.

10.2. Composição

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços - ICMS	4.500	10.759
Imposto de renda sobre aplicação financeira	8.184	6.407
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	395	388
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	887	292
Contribuição para o Financiamento (i) da Seguridade Social - COFINS (ii)	580.688	705.257
Programa de Integração Social - PIS (ii)	127.063	153.366
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	2.154	3.059
Outros	5.951	4.766
	729.822	884.288
Ativo circulante	179.770	335.772
Ativo não circulante	550.052	548.129
	729.822	883.901

Do montante registrado como não circulante, a Companhia apresenta o valor de R\$932 referente a créditos de ICMS e R\$546.408 referente aos créditos de PIS e COFINS. Assim sendo, temos a expectativa de compensação desses créditos conforme relacionada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2022
2021	134.791	144.900
2022	149.972	149.972
2023	117.677	117.677
2024	547.340	547.340

(i) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) em janeiro de 2015, e obteve decisão favorável através da concessão de antecipação de tutela, para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em março de 2018, a Companhia obteve o trânsito em julgado dessa medida judicial, e reconheceu o ato nos valores da seguinte forma:

• Referente ao período de janeiro a junho de 2015, o reconhecimento e contabilização se deram em março de 2018, que em setembro de 2018 totalizava o montante total de R\$33.370 (incluindo atualização monetária);

• Para o exercício de dezembro de 2014, o ativo foi reconhecido e contabilizado no valor de R\$13.823 (incluindo atualização monetária) em setembro de 2018.

Adicionalmente, a Companhia obteve decisão favorável em Tribunal Superior, no sentido de reconhecer seu direito de recuperar valores recolhidos indevidamente de PIS/COFINS-Importação do exercício de 2008 a 2013, incidentes sobre o ICMS e as próprias contribuições que compuseram as suas bases de cálculo das operações de importação de mercadorias para revenda. A Companhia realizou os levantamentos e reconheceu os valores relativos ao exercício de 2011 a 2013, no valor de R\$9.073 (incluindo atualização monetária) em setembro de 2018. Em complemento ao levantamento dos créditos, a Companhia reconheceu em setembro de 2018 o valor de R\$31.016 (incluindo R\$12.512 de atualização monetária) relativos ao exercício de 2014 a 2018. Em setembro de 2018, a Companhia reconheceu créditos fiscais extemporâneos relativos a: (i) PIS/COFINS calculados sobre as receitas de subvenção governamental de ICMS, no valor de R\$11.443; e (ii) Exclusão de despesas de condomínio e fundo de promoção da base de cálculo de PIS/COFINS, no valor de R\$24.582. Em novembro de 2018, a Companhia obteve êxito em ação judicial (IRE/054.365) perante o Supremo Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS. A ação transitou em julgado, garantindo a Companhia o direito de reaver, mediante compensação, os valores já recolhidos e não prescritos, devidamente corrigidos. O impacto total registrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$80.120, os quais foram homologados perante a Receita Federal em 29 de março de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desses créditos é de R\$598.368 (R\$399.098 em 31 de dezembro de 2018). Em dezembro de 2018, a Companhia reconheceu créditos fiscais extemporâneos relativos a PIS/COFINS relativos a exclusão de despesas de IPTU da base de cálculo de PIS/COFINS, no valor de R\$5.098 mil. **10.3. Plano de compensação do PIS e Cofins a recuperar:** O Crédito Fiscal reconhecido no último trimestre de 2018, e no valor de R\$801.260, teve seu pedido de habilitação executado e a Companhia teve a confirmação de sua homologação da Secretaria da Receita Federal em 29 de março de 2019, os quais já estão sendo compensados por meio de PERD/COMP com outros tributos federais. Em 2019 houve transferência da ordem de R\$205. A Companhia realizou um estudo com base nos últimos recolhimentos de PIS e Cofins, além de considerar também as projeções orçamentárias para o próximo exercício, e a expectativa de realização dos saldos dos valores relativos aos créditos fiscais, oriundos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e demais acima mencionados, estão classificados em R\$168.583 em curto prazo (R\$312.210 em dezembro de 2018), e R\$546.408 (R\$546.408 em dezembro de 2018) no longo prazo.

11. Imposto de renda e contribuição social

11.1. Política contábil: 11.1.1. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro. Para a Controlada Registrada, o regime de apuração utilizado é o lucro presumido. Para as demais empresas, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas com base no regime de lucro real anual. **11.1.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre o saldo dos ativos e passivos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas adições esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

11.1.3. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Periodicamente, a Companhia revisa os saldos de composição e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos da controladora e de suas controladas. Na revisão das estimativas da Controladora referente aos saldos de

Demonstrações Financeiras



MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Despesas por natureza
As informações financeiras intermediárias de resultado da Companhia são apresentadas por função. Detalhamos a seguir os gastos por natureza das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal e serviços	(421.084)	(441.157)	(444.773)	(440.555)
Utilidades públicas	(84.709)	(82.565)	(86.534)	(82.565)
Despesas de comunicação, distribuição e locação e outras	(104.822)	(355.135)	(111.326)	(355.135)
Outras	(45.944)	(47.963)	(46.019)	(44.917)
	(656.559)	(926.820)	(688.652)	(923.172)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal e serviços	(164.474)	(173.086)	(218.751)	(221.338)
Utilidades públicas	(2.764)	(3.772)	(4.089)	(4.326)
Despesas locais e de comunicação	(2.242)	(9.050)	(12.124)	(15.391)
Despesas tributárias	(728)	(1.464)	(964)	(1.494)
Outras	(9.268)	(13.288)	(13.059)	(14.290)
	(179.476)	(200.660)	(248.987)	(256.839)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas recuperadas	3.000	550	3.452	3.622
Constituição (reversão) de provisões/perdas para litígios e demandas judiciais, liquida (i)	(23.326)	(20.269)	(36.788)	(39.000)
Créditos fiscais (ii)	31.173	421.132	31.405	419.786
Reversão de provisões para perdas, liquidas	4.872	(11.218)	4.859	(12.173)
Outras (iii)	(3.903)	(10.639)	(1.846)	(8.576)
	11.816	379.556	1.082	363.559

(i) Reversão de provisões tributárias de acordo com a rubrica "Provisão para litígios e demandas judiciais".
(ii) Em 31 de dezembro de 2018, refere-se substancialmente a créditos de PIS e Cofins, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.2.
(iii) Refere-se a despesa com *stock options*, créditos de vale troca vencido, recebimentos de sinistro, entre outros.

30. Resultado financeiro

30.1. Política contábil: Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada os empréstimos com instrumento de swap, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (swap contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras:				
Ajuste a valor presente - fornecedores	(55.364)	(46.165)	(55.364)	(46.165)
Ganho (perda) em 'swap'	(2.662)	7.416	(2.662)	6.025
Juros e variação monetária passiva	(49.485)	(52.098)	(54.952)	(67.445)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	156	-	156
Juros sobre arrendamento operacional	(41.838)	(5.305)	(41.854)	(6.147)
Variação cambial	1.768	(9.628)	1.756	(8.325)
Descontos concedidos	-	(50)	(6.457)	(8.583)
Outras	(16.581)	(7.239)	(22.278)	(7.264)
	(164.162)	(108.410)	(181.811)	(133.248)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recitas financeiras:				
Aplicações financeiras	6.411	(7.729)	10.638	(3.300)
Descontos obtidos	780	533	801	544
Juros ativos e atualização monetária (i)	22.548	-	23.496	-
Outras (ii)	-	408.170	-	409.293
	29.739	400.974	34.935	406.497

(i) Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2019, R\$22.547 refere-se à correção monetária do Crédito Fiscal reconhecido em dezembro de 2018 atualizada até 31 de dezembro de 2019, em que a Companhia obteve êxito em ação judicial (RE/504.365) perante o Supremo Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e do Cofins.
(ii) Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 377.498 mil refere-se à correção monetária do Crédito Fiscal reconhecido em dezembro de 2018, em que a Companhia obteve êxito em ação judicial (RE/504.365) perante o Supremo Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e do Cofins.

31. Resultado por ação (controladora)

O quadro a seguir apresenta a determinação do prejuízo líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o prejuízo básico e diluído por ação excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

	2019	2018
Média ponderada da quantidade de ações	260.856.832	204.085.999
Média ponderada das ações em Tesouraria	(194.053)	-
Média ponderada das ações em circulação, líquidas das ações em Tesouraria	260.674.211	203.891.946
Lucro (Prejuízo) do exercício	(112.361)	28.363
Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído - R\$	(0.4310)	0.13911

32. Gerenciamento de risco

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados: (i) Risco de crédito; (ii) Risco de mercado; (iii) Risco de liquidez; e (iv) Gestão de capital. **32.1. Política contábil:** 32.1.1. **Riscos de crédito:** As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração por meio de minimizar eventuais problemas decorrentes de inadimplência dos clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por via da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa nº 9. Em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado de provisões para créditos de liquidez duvidosa era de R\$153.895 (R\$84.634 em 31 de dezembro de 2018), para cobrir os riscos de crédito. A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas rubricas "Caixa e Equivalentes de Caixa" e "Aplicações Financeiras". **32.1.2. Riscos de mercado:** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de operações comerciais atuais e futuras de compras de estoque para revenda e captações de empréstimos em moeda estrangeira, realizados em dólar norte-americano. A Administração estabeleceu uma política que exige que, por meio de seu Diretor Financeiro, se apresente periodicamente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial. Atualmente, a Companhia tem como objetivo proteger 30% de suas importações com operações de hedge, utilizando contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF). Para as captações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem como objetivo proteger 100% do valor contratado através de swap cambial. A Companhia, preocupada com a volatilidade do dólar frente ao real, optou por realizar operações de hedge de fluxo de caixa, cujo objetivo é a proteção cambial das importações. **a) Risco de moeda (Cambial):** A Companhia está sujeita ao risco cambial nas compras denominadas em moeda diferente de moeda funcional da Companhia, o Real (R\$). **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do dólar, único indexador dos passivos em moeda estrangeira operados pela Companhia e por suas controladas. Para a definição do dólar utilizado para análise de sensibilidade no cenário provável, a Companhia segue as projeções do mercado futuro da B3 S.A.

Notional US\$	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valorização da moeda				
Canário Possível +25%				
Canário Remoto +50%				
Desvalorização da moeda				
Canário Possível -25%				
Canário Remoto -50%				

Derivativos designados para hedge accounting - Importações	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Objeto de hedge - Importações	(45.451)	(183.382)	(229.228)	(275.073)
Instrumento de hedge - NDF	14.418	(1.706)	12.837	27.380
Exposição líquida (i)	(31.033)	(185.081)	(216.391)	(247.693)

Derivativos designados para hedge accounting - Empréstimos e financiamentos	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Objeto de hedge - FRN Votorantim	(7.728)	(32.507)	(40.634)	(48.760)
Instrumento - swap	7.728	32.507	40.634	48.760
Exposição líquida (ii)	-	-	-	-
Exposição líquida total	(31.033)	(185.089)	(216.391)	(247.694)

(i) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$4.0347.
(ii) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$4.2074.

Derivativos designados para hedge accounting	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Objeto de hedge - Importações	(57.963)	(226.504)	283.130	339.756
Instrumento de hedge - NDF	18.851	(736)	17.674	36.083
Exposição líquida importações (i)	(39.112)	(227.240)	300.804	375.839

Derivativos designados para hedge accounting	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Objeto de hedge - Res 4131 (i) - Itaú Unibanco	(18.065)	(71.540)	(89.426)	(107.311)
Instrumento - swap	18.065	71.540	89.426	107.311
Exposição líquida - Res 4131 (i)	-	-	-	-
Objeto de hedge - FRN - Votorantim	(6.690)	(27.351)	(34.188)	(41.026)
Instrumento - Swap Exposição líquida - FRN - (iii)	6.690	27.351	34.188	41.026
Exposição Líquida Swap	-	-	-	-
Exposição Líquida Total	(39.112)	(227.240)	300.804	375.839

(i) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$3.9063.
(ii) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$3.875.
(iii) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$3.9154.

b) Risco de taxa de juros: A Companhia mantém grande parte de suas aplicações financeiras em operações atreladas ao CDI, conforme mencionado na rubrica Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro. A Administração entende que tal prática mitiga substancialmente eventuais riscos derivados de oscilações na taxa de juros de mercado. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos instrumentos contratados pela Companhia e por suas controladas, calculados com base em taxas referenciais futuras do CDI divulgadas pela B3 S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valorização do CDI				
Canário Possível +25%				
Canário Remoto +50%				
Desvalorização do CDI				
Canário Possível -25%				
Canário Remoto -50%				

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo contábil				
Risco contábil				
Canário Provável				
Canário Possível +25%				
Canário Remoto +50%				
Canário Possível -25%				
Canário Remoto -50%				

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras/Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	606.087	20.412	25.444
Empréstimos/Financiamentos/Debêntures/Swap	Alta CDI	(569.798)	(189.800)	(195.487)
Exposição líquida		36.289	(169.388)	(170.043)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras/Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	606.087	20.412	25.444
Empréstimos/Financiamentos/Debêntures/Swap	Alta CDI	(569.798)	(189.800)	(195.487)
Exposição líquida		36.289	(169.388)	(170.043)

A DIRETORIA, em 17 de dezembro de 2019, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico NBC TG 06 (R3) - Operações de arrendamento mercantil, equivalente ao IFRS 16 - Leases emitido pelo IASB, que resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento nos montantes consolidados de R\$957.100 e R\$857.100, respectivamente.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores resultantes da mensuração do ativo por direito de uso e do passivo de arrendamento, ao processo de adoção e/ou interpretação de pronunciamento técnico complexo, à implementação de novos processos para coleta de dados e registros e premissas significativas utilizadas pela Administração na determinação da taxa incremental de juros e dos prazos dos contratos de arrendamento, que são estimativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valorização do CDI				
Canário Possível +25%				
Canário Remoto +50%				
Desvalorização do CDI				
Canário Possível -25%				
Canário Remoto -50%				

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo contábil				
Risco contábil				
Canário Provável				
Canário Possível +25%				
Canário Remoto +50%				
Canário Possível -25%				
Canário Remoto -50%				

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras/Títulos e valores	Baixa CDI	453.619	20.002	24.997
Empréstimos/Financiamentos/Debêntures/Swap	Alta CDI	(985.496)	(117.689)	(169.311)
Exposição líquida Importações		(562.711)	(75.654)	(94.481)

32.1.3. Risco de liquidez: Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes sobre ao valor já provisionado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida. **32.1.4. Gerenciamento de capital:** A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em estrutura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua capacidade de liquidez dos passivos registrados, bem como monitora temporariamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. **32.2. Risco de liquidez:** 32.2.1. **Composição do vencimento dos passivos financeiros:** A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia e por suas controladas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo contábil				
Risco contábil				
Fornecedores e fornecedores convênio	535.054	538.734	538.734	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	569.798	573.385	309.507	193.403
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.081	(1.581)	(1.581)	-
	1.105.533	1.110.533	846.669	193.403

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo contábil				
Risco contábil				
Fornecedores e fornecedores convênio	535.298	538.978	538.978	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	949.891	953.517	420.678	390.925
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.081	(1.581)	(1.581)	-
	1.486.270	1.490.914	958.075	390.925

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo contábil				
Risco contábil				
Fornecedores e fornecedores convênio	535.298	538.978	538.978	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.014.683	1.134.689	412.339	395.004
Arrendamento mercantil financeiro	1.648	1.731	1.359	371
Instrumentos financeiros derivativos	1.723	(5.537)	(5.537)	-
	1.380.552	1.529.635	923.007	389.758

32.3. Gestão de capital: 32.3.1. **Índices de endividamento:** Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim resumizados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	569.798	571.144	949.891	1.016.331
(+) Caixa e equivalentes de caixa/Aplicações Financeiras	(590.801)	(217.669)	(726.013)	(397.764)
Dívida líquida	(20.283)	353.475	223.878	618.567
Patrimônio líquido	1.420.006	1.075.817	1.420.006	1.075.817
Índice de alavancagem financeira	-1%	33%	16%	57%

33. Instrumentos financeiros
33.1. Política contábil: 33.1.1. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros créditos, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos. Vide na nota explicativa nº 33.5 a segregação efetuada pela Companhia. **33.1.2. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge:** A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganhos ou perdas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. Além disso, a Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente efetivo registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício quando o item protegido for efetivamente realizado. **33.1.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **33.1.4. Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **33.1.**

Demonstrações Financeiras

marisa

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

de relatórios que suportam os saldos contábeis e executamos testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas da Companhia. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

Identificamos deficiências no processo de gestão de acesso, tais como concessão, revogação e alteração de acesso, bem como a existência de usuários com acesso privilegiado em alguns sistemas. Foram identificadas também deficiências na geração e no processamento de determinados relatórios extraídos por alguns dos sistemas envolvidos.

As deficiências no desenho e operação dos ITGCs alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes a 31 de dezembro de 2019. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 14 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos a nós os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2020.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/0-6

Patrícia Nakano Ferreira
Contadora CRC-1SP234620/0-4